



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **6217**

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais e firma Convênio)

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 14/08/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 223/2007. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$16.000,00, visando atender a desapropriação de uma sala de 84,00 m², localizado no interior do Mercado Sul, no bairro Morrinhos, onde será implantado o Conselho de Segurança Pública - CONSEP e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. (Referente à Lei nº 3.792, de 29/08/2007).

**Controle Interno – Caixa:** 5.1

**Posição:** 74

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: PL  
Categoria: créditos  
nº: 5.1  
Ordem: 74  
nº fls: 04



10 7/2007

21.08.2007

## Câmara Municipal de Montes Claros

223  
PROJETO DE LEI Nº 223/2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Especial ao  
Orçamento Vigente.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 14/08/2007
- 2 - Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas
- 3 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - CIA EN. 21.08.2007
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº **223** /2.007

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), através da seguinte dotação orçamentária:

**dotação: 09.07-14.422.0059.1099-459061 .....Desapropriação de Imóvel para uso do Consep/PETI**  
**Valor: R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais)**

**Art. 2º.** Para atender a abertura do crédito a que se refere o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

**dotação: 09.07-14.422.0059.3.089-449052.02**  
**Valor: R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais)**

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 06 de agosto de 2.007

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMEN-  
TO E CONTAS  
EM 14 DE AGOSTO DE 2007  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
RÉGIME DE URGÊNCIA  
EM 21 DE AGOSTO DE 2007  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 06 de agosto de 2.007.

Ofício nº: PJ/ 067/2007

Assunto: Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos “abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente”, para atender o Decreto nº 2.275, de 19 de setembro de 2.006, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma loja medindo 84,00 m<sup>2</sup>, identificada através do nº 35, localizada no interior do Mercado Sul, bairro Morrinhos, de propriedade da Valemil Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A desapropriação de que trata a presente Lei destinar-se-á a permitir que o município utilize o imóvel para a implantação do CONSEP – Conselho de Segurança Pública e PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 223/2007 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial ao orçamento” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para abertura de crédito especial, bem como, para alterar o orçamento vigente é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de agosto de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **SALA DAS COMISSÕES**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 223/2007**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente.**

#### **I- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Executivo Municipal, "**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente**".

A proposição foi distribuída à Comissão em 14/08/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/08/2007.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, emitir parecer sobre matéria de sua competência.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto trata de matéria que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, na importância de **R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)**.

De acordo com a mensagem do Executivo, anexa ao projeto, a abertura do referido crédito se justifica no Decreto 2.275/2006, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma loja medindo 84,00 m2, identificada através do nº 35, localizada no interior do Mercado Sul, Bairro Morrinhos, de propriedade da Valemil Empreendimentos Imobiliários Ltda, que será destinado à implantação do CONSEP – Conselho de Segurança Pública e PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nos termos da Lei Orgânica, compete ao Poder Executivo solicitar autorização para promover abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente.

Desta forma segue a conclusão:

#### **III – CONCLUSÃO**

Como ao Município compete legislar sobre assuntos de interesse local visando o bem estar de sua população, esta Comissão é favorável à aprovação do referido Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2007.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Ademar de Barros Bicalho

Relator: Ver. Antônio Silveira de Sá